

Documentos

“Vamos passar a escola a limpo”: um convite de Darcy Ribeiro

"Let's revisit the school": an invitation by Darcy Ribeiro

Se os governadores não construírem escolas, em 20 anos faltará dinheiro para construir presídios.

Darcy Ribeiro, 1982

YOLANDA LIMA LOBO

A Seção “Documentos” traz aos leitores, neste número, base preliminar de conhecimento para pesquisar e entender os esquemas administrativo e pedagógico que sustentam a execução do empreendimento educativo e cultural do Rio de Janeiro “*Vamos passar a Escola a Limpo*”, sob a coordenação do professor Darcy Ribeiro, no período de março de 1983 a março de 1987. Os documentos reproduzidos e/ou citados fazem parte do Arquivo Darcy Ribeiro, acessível ao leitor no Memorial Darcy Ribeiro, na Universidade de Brasília.

Eleitos governador e vice-governador do Estado do Rio de Janeiro no pleito realizado em 1982, Leonel Brizola e Darcy Ribeiro tomam posse nesses cargos em março de 1983 e dão início à elaboração e execução de um ambicioso empreendimento de educação, cultura, ciência e tecnologia para o Estado do Rio de Janeiro, prioridade de seu governo.

A revolução educacional do Rio

A eleição de Leonel Brizola para Governador do Rio de Janeiro ensejou o primeiro programa sério de reforma do sistema escolar público de primeiro grau. Existiram tentativas anteriores, é certo, mas não passaram de meros ensaios de breve duração, apesar de ser muito antiga entre nossos educadores uma aguda consciência crítica sobre a gravidade do problema educacional brasileiro.

Agora, um Estado da Federação, com 14 milhões de habitantes, e cerca de 2,5 milhões de crianças nas escolas públicas assume expressamente o compromisso de fazer da educação popular sua meta prioritária. Cria, para isso, uma Comissão Coordenadora, a cargo do Vice-Governador, armando-a de poderes para elaborar um Plano Especial de Educação e dotando-a de recursos que ultrapassam US\$ 400 milhões para custear sua execução.

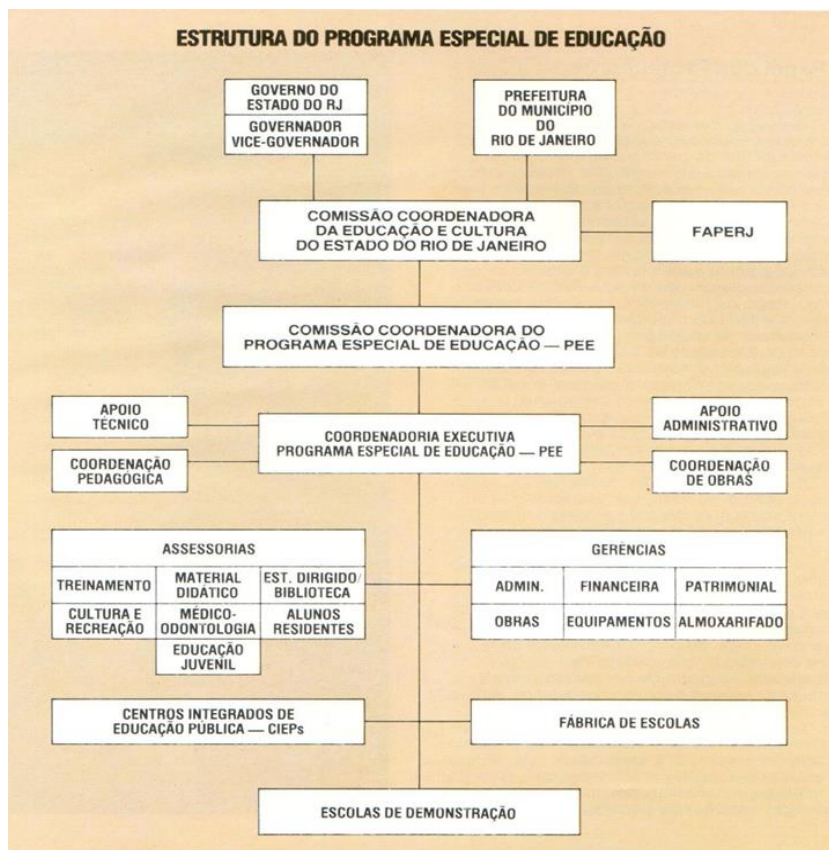
Essa deliberação histórica foi tomada com base na consciência de que numa sociedade de cultura letrada o analfabeto e o insuficientemente instruído são marginais. E mais ainda, de que quando eles formam uma grande massa, tal como ocorre no Brasil, é a própria nação que se vê condenada a existir à margem da civilização do seu tempo.

A escolha da educação como a prioridade fundamental responde, essencialmente, à ideologia socialista-democrática do Partido Democrático Trabalhista de Leonel Brizola. Essa ideologia é que, contrariando uma prática antiquíssima de descaso em matéria de instrução pública, nos deu a coragem de abrir os olhos para ver e medir a gravidade do problema educacional brasileiro e sobretudo a ousadia de enfrentá-lo com a maior massa de recursos que o Estado pôde reunir.

A escolha da educação como meta prioritária decorreu também do fato da maior parte das áreas de ação governamental estar na órbita do Poder Federal, enquanto as escolas públicas de 1.º e 2.º graus estão na jurisdição dos governos estaduais e municipais. Assim é que se oferecia não só a possibilidade de uma atuação autônoma e enérgica, como também a de concentrar os esforços governamentais numa ação social transformadora da maior importância econômica, cultural e política.



As primeiras medidas envolvem as montagens dos esquemas administrativo e pedagógico para atender o Programa Especial de Educação do governo. O esquema administrativo envolvia várias Secretarias de Estado e também a Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, tendo a seguinte estrutura:



À frente da Comissão Coordenadora da Educação e Cultura do Estado do Rio de Janeiro estavam o professor Darcy Ribeiro, vice-governador e secretário de Estado de Cultura, Ciência e Tecnologia; a professora Yara Vargas, titular da Secretaria de Estado de Educação; e a secretária Municipal de Educação do Rio de Janeiro, professora Maria Yedda Leite Linhares.

Um parêntese: o trabalho de educação desenvolvido por Darcy Ribeiro tem início na segunda metade da década de 1950, quando aceita o convite do educador Anísio Teixeira para dirigir a Divisão de Pesquisas Sociais do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. Na direção desse órgão, Darcy forma uma equipe composta por sociólogos e antropólogos para realizar pesquisas sobre a situação educacional do país e transforma o Brasil em um grande laboratório, isto é, em um espaço contínuo de investigações que não somente pudessem esclarecer problemas educacionais, mas também apontar e fundamentar ações governamentais.

É com essa forma de proceder que o professor Darcy Ribeiro inicia as ações para estruturar o esquema pedagógico e “passar a escola a limpo” no Estado do Rio de Janeiro. Um conjunto de pesquisas de levantamento de dados com indicadores da situação escolar do Estado do Rio de Janeiro é, então, realizado. A equipe da Comissão Especial de Educação faz uso, também, de dados coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como:

- Exame de levantamentos do IBGE sobre *estimativas das populações residentes nos municípios do Estado do Rio de Janeiro, com especial atenção sobre a faixa de zero a 14 anos;*
- *Exame de levantamentos do IBGE sobre pessoas de 15 anos ou mais não alfabetizadas (reproduzida abaixo somente a primeira página):*

População de 15 anos ou mais não alfabetizadas

A metodologia utilizada para as estimativas de 1966 e 1967, por município do Estado do Rio de Janeiro, foi a mesma utilizada para o Estado de Pernambuco em 1966, as estimativas da população foram feitas a partir dos dados estatísticos da Pesquisa Nacional de 1960, sobre a base de amostragem de 1% da população, para os municípios com população de 100 mil habitantes ou mais e para os municípios com população de menos de 100 mil habitantes, sobre a base de amostragem de 10% da população.

Os coeficientes de variação relativos às estimativas apresentadas na Tabela 2 são dados a seguir:

Coeficiente de variação, por município do Estado - 1966-67 (%)

Mun.	Total			Não alfabetizados		
	Total	15 anos ou mais	15-14	Total	15 anos ou mais	15-14
1966	0,94	1,10	10,10	2,56	2,91	17,00
1967	0,68	0,87	8,78	2,11	2,76	16,00
1966	0,80	0,75	3,61	2,78	2,58	6,14
1967	0,70	0,70	5,29	2,70	2,95	6,00

Foi calculada a relação entre as pessoas acima de 15 anos não alfabetizadas e a população total em municípios de 15 anos e acima os coeficientes de variação apresentados. O coeficiente de variação da relação entre duas variáveis pode ser aproximado por:

$$CV(X/Y) = \sqrt{W(X)^2 + W(Y)^2 - 2 \cdot Cov(X,Y)}$$

onde:

- $W(X)$ é o quadrado do coeficiente de variação de X
- $W(Y)$ é o quadrado do coeficiente de variação de Y
- $Cov(X,Y)$ é a covariância relativa entre X e Y e é dada por $\frac{Cov(X,Y)}{E(X) \cdot E(Y)}$

-1-

O leitor pode conferir uma parte da leitura que Darcy Ribeiro faz desses dados consultando o Livro dos CIEPs:

Educação no Brasil

Darcy Ribeiro

DOIS fatos impressionam na educação brasileira: a magnitude da rede escolar pública e sua precariedade. Ela tem, hoje em dia, na condição de alunos, cerca de 30 milhões de pessoas. Se acrescentarmos os professores e administradores da educação, esse número será ainda maior. É de se perguntar, porém, o que produz essa máquina tão prodigiosamente grande. O produto principal da máquina educacional brasileira são 500 mil analfabetos adultos por ano, uma vez que não será menor que meio milhão o número de jovens brasileiros que chegam, anualmente, aos 18 anos, analfabetos. Só no Rio de Janeiro avaliamos em pelo menos 50 mil a produção anual de analfabetos, a maioria deles com três ou quatro anos de escolaridade.

Se estendermos a condição de analfabeto à do iletrado ou do analfabeto funcional — aquele que desenha o nome e se declara alfabetizado, mas é incapaz de obter ou de transmitir uma informação escrita — veremos que dobrará, no Brasil e no Rio, o número de brasileiros que ingressam anualmente na vida adulta marginalizados da cultura do seu povo e do seu tempo por não estarem incorporados à civilização letrada.

Brasil — Escolaridade no Censo Nacional de 1970 e 1980 para maiores de 10 anos

	Sem Escolaridade	Um ano	Dois anos	Total
1970	24,0 milhões	5,1 milhões	6,9 milhões	32,0 milhões
1980	24,0 milhões	4,8 milhões	7,3 milhões	36,3 milhões

Para atendermos a 140 milhões de brasileiros — quase metade dos quais com menos de 18 anos — com índices de educação satisfatórios, deveríamos ter muito mais do que esse número aparentemente espantoso de 30 milhões de pessoas movimentando a máquina do ensino público.

Embora nosso sistema educacional tenha saltado de seis milhões de pessoas em 1950 para 10 milhões em 1960, para 19 milhões em 1970 e para 30 milhões hoje, a verdade é que a escola pública brasileira não cresceu onde devia, nem como devia.

O que se obteve com esse crescimento meramente quantitativo foi uma escola de mentira, incapaz até mesmo de cumprir a tarefa elementar de alfabetizar a população. Nas últimas décadas em que o Brasil “progrediu” tão assinalavelmente em tantos campos, só viu crescer o número de analfabetos adultos.

Examinando o resultado do censo de 1970, para o conjunto do Brasil, veremos que do total de 65,8 milhões de brasileiros com mais de 10 anos de idade, 24 milhões nunca tinham ido à escola (8,7 deles nas cidades e 15,3 nas zonas rurais). Cinco milhões tinham tido apenas um ano de escola e sete milhões, só dois. Tínhamos, conforme se verifica, 32 milhões de habitantes, que eram analfabetos funcionais. O censo nacional de 1980 reproduzia quase os mesmos números absolutos de analfabetos funcionais, que aumentaram de 32 para 36,3 milhões, demonstrando assim que os problemas educacionais só têm se agravado.

Para precisar melhor o nosso fracasso educacional, vejamos alguns números expressivos. Com respeito aos analfabetos de 15 anos e mais, registrados nos recenseamentos, por exemplo, as porcentagens, décadas após décadas, vêm diminuindo, mas o número absoluto vem aumentando. Eram 56,2% os analfabetos maiores de 15 anos em 1940, somando 13 milhões. Os analfabetos de 1950 eram 50,5% e montavam a 15 milhões. Caíram para 39,3% em 1960, mas seu número



elevou-se para 16 milhões. Em 1970, a porcentagem desceu para 33% mas o número absoluto de analfabetos alçou-se a 18 milhões.

O mesmo Censo de 1970 nos revela que entre os jovens de 14 anos de idade, 24,3%, o que equivale a uma quarta parte, não sabia ler e escrever. Esta juventude analfabeta era de 42% nas zonas rurais e de 10% na cidade. Finalmente, no último Censo, em 1980, a porcentagem subiu para 25,9% e o número absoluto elevou-se para 19 milhões. São esses os números censitários dos analfabetos adultos do Brasil. Eles nos estão a dizer que toda a *zuaba* do Mobral sobre a extinção do analfabetismo era outro milagre estatístico.

Esses números e proporções tornam-se mais significativos quando comparados com outros desempenhos educacionais. Enquanto o Brasil de 1980 conta com 19 milhões de analfabetos adultos e com a porcentagem de 26%, na Argentina essa porcentagem é de 6% em 1976 e, em Cuba, já em 1961, era de 3%. No caso de Cuba, pode-se explicar o êxito educacional pelo empenho que o socialismo põe na educação popular; mas no caso da Argentina e de tantos outros países da América Latina, a nossa inferioridade estatística reflete uma inferioridade efetiva no esforço por alfabetizar e na capacidade de alcançar esta meta elementar.

Brasil — Censos Nacionais: analfabetos com 15 anos e mais

1950: 50,5% — 15 milhões	1970: 33,0% — 18 milhões
1960: 39,3% — 16 milhões	1980: 26,0% — 19 milhões

Analfabetismo na América Latina

Cuba 1961: 3%	Uruguai 1978: 10%
Argentina 1976: 6%	Costa Rica 1975: 11%

Mais expressivos ainda do que a medida censitária desse resíduo de letrados na população pelo funcionamento da escola são os dados abaixo referentes ao fluxo de alunos da 1.ª à 4.ª série. A escolaridade, como expressão da capacidade que o sistema tem de absorver, é incrivelmente baixa. Metade das nossas crianças não consegue nem saltar a barreira da primeira série para se matricular na segunda, e apenas 40% das crianças alcançam a quarta série, que corresponde àquele mínimo de domínio da escrita e da leitura com o qual uma pessoa está habilitada a operar, com eficácia, dentro de uma sociedade letrada.

1975 — 1.ª série — 1.000	1976 — 2.ª série — 486	1977 — 3.ª série — 464	1978 — 4.ª série — 417
--------------------------	------------------------	------------------------	------------------------

Examinando esses dados com mais atenção, podemos tirar outras conclusões. A principal delas é desvendar o engodo que se esconde atrás desses números. Ele começa a revelar-se quando se observa que quem passa da segunda para a terceira série progride mais ou menos bem daí por diante: 486 — 464 — 417. Com efeito, quem salta as duas primeiras séries — principais barreiras e verdadeiros depósitos de crianças condenadas à evasão — tem grandes possibilidades de concluir o 1º grau. Isso significa que as primeiras duas séries são as grandes peneiras que selecionam quem vai ser educado (48,6%) e quem vai ser rejeitado (51,4%), quem é escolarizável e quem não é.

Para alcançarmos a necessária objetividade na apreciação da realidade educacional do Brasil, é conveniente fazer algumas comparações. Para isso se prestam bem os dados referentes ao fluxo

da escolaridade em países latino-americanos. O México, que tem maior homogeneidade cultural e um grau semelhante ao nosso desenvolvimento econômico, alcança um desempenho educacional muito melhor, uma vez que promove à segunda série cerca de 70% dos alunos e leva à quarta série mais da metade. O Paraguai e a Bolívia, nações irmãs tanto ou mais pobres do que nós, vivem uma situação ainda mais difícil no que concerne à educação, porque lá a população não fala a língua da escola. No Paraguai se fala guarani; na Bolívia, o quíchua e o aimará; nos dois países, a escola ensina em espanhol. Apesar disso, a porcentagem de crianças que lá concluem as seis séries primárias é maior do que a nossa.

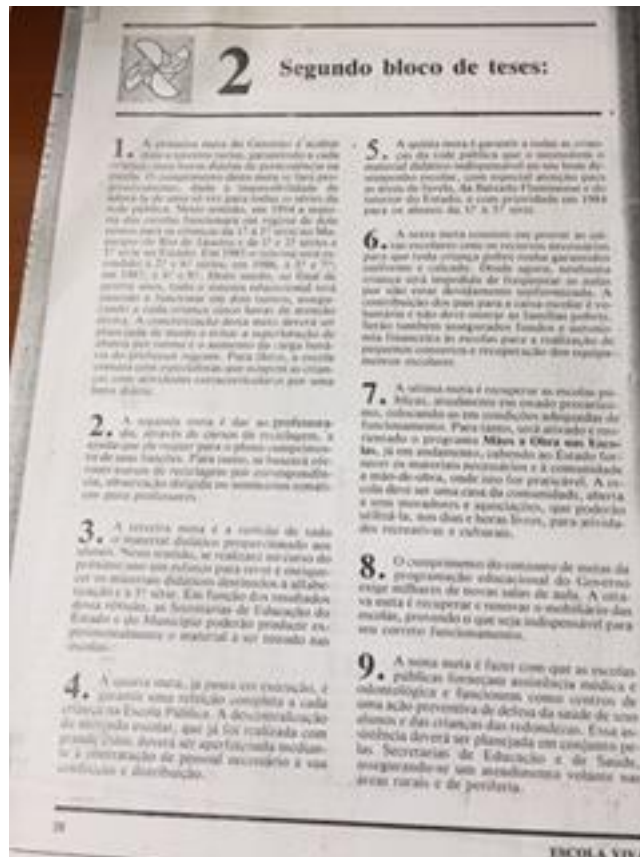
Não nos iludamos pensando que os dados globais referentes ao Brasil como um todo sejam negados quando se focalizam as áreas mais ricas e desenvolvidas, incluindo as grandes cidades. Mesmo na cidade do Rio de Janeiro, considerada, sem sombra de dúvida, aquela em que houve, historicamente, maior investimento na educação, e em que se construiu uma rede escolar frondosa e um professorado multitudinário, mesmo aqui o nosso desempenho educacional é menos do que medíocre. Na verdade, a educação que o Rio de Janeiro provê à sua população é de tão baixa qualidade como a que se ministra nas áreas mais pobres do país. A situação de São Paulo é semelhante, uma vez que, lá também, metade das crianças não está passando da primeira para a segunda série e que a progressão, daí por diante, é igualmente precária. Como se verifica, o mal é generalizado e constitui, sem dúvida, uma doença nacional: não fomos capazes, até hoje, de criar uma escola pública honesta, adaptada às necessidades da população brasileira.

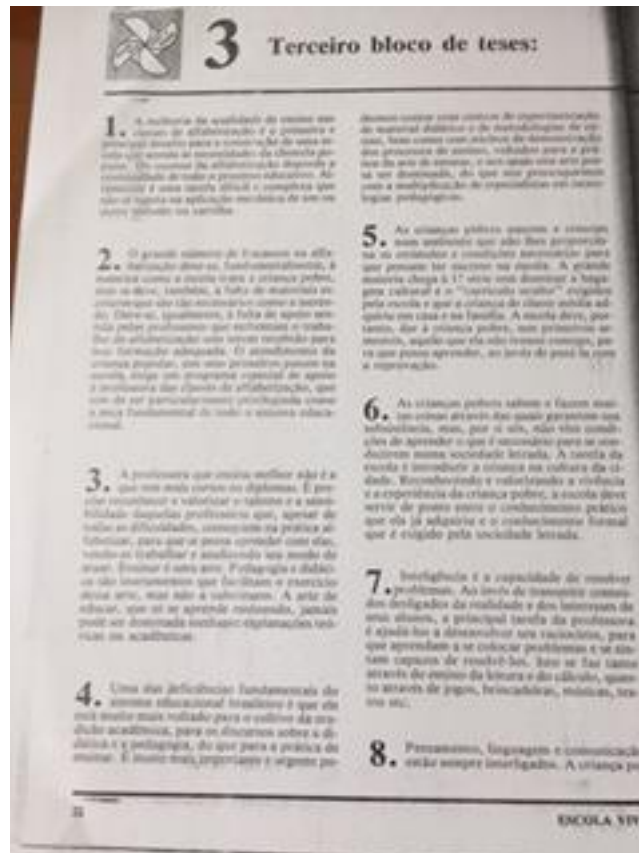


A análise dos dados quantitativos ajudou a sistematizar o documento “Vamos passar a escola a limpo” em três blocos de teses que foram discutidas com os professores no Primeiro Encontro de Professores do Primeiro Grau da Rede Pública, realizado na cidade de Mendes (RJ):

- 1- Primeiro bloco de teses: A análise crítica da situação e dos problemas da escola pública (15 itens);
- 2- Segundo bloco de teses: Metas da programação educacional do governo (19 itens);
- 3- Terceiro bloco de teses: Papel e participação dos professores na nova programação educacional (11 itens).







3 Terceiro bloco de teses:

1. A melhoria da qualidade do ensino em classes de alfabetização é a primeira e mais urgente tarefa da sociedade brasileira. O sucesso da alfabetização depende da continuidade de toda a processo educacional. A alfabetização é uma tarefa coletiva e complexa que não se limita ao trabalho exclusivo de um ou vários professores em sala de aula.
2. O grande número de fracassos na alfabetização deve ser, fundamentalmente, buscado como a causa de uma situação pedagógica, não no nível, limitado, à falta de capacidade do aluno. Diversos, igualmente, é falta de apoio técnico pelos professores que trabalham e trabalhar de alfabetização em salas fechadas para a sua formação adequada. O atendimento às crianças depende, em uma primeira fase, da escola, depois de programas especiais de apoio e intervenção das famílias de alfabetização, que não se dá por separado com o trabalho coletivo e com o fundamento de toda a educação escolar.
3. A professora que ensina alfabetizar não é a que tem mais cursos ou diplomas. É preciso reconhecer a valorizar o talento e a inteligência das pessoas professoras que, apesar de todas as dificuldades, conseguem na prática alfabetizar, para que se possa aprender com elas, trabalhar e desenvolver seu modo de ensinar. Ensinar é uma arte. Pedagogia é disciplina que instrumentaliza que facilita e estrutura essa arte, mas não a substitui. A arte de ensinar, que só se aprende realizando, jamais pode ser dominada mediante explanações técnicas ou acadêmicas.
4. Uma das dificuldades fundamentais do ensino educacional brasileiro é que ele está sendo mais voltado para o ensino da disciplina e pedagógica, do que para a prática do ensino. É neste ponto, portanto, e segundo os
5. As situações pedagógicas complexas e situações mais simples que não têm preparação na aula e a condição fundamental para que possam ter sucesso na escola. A grande maioria chega à 1ª série sem dominar a linguagem cultural e o "saber ler e escrever" exigidos pela escola e que a criança de classes sociais adquire em casa e na família. A escola deve, portanto, dar à criança poder, não primeiro ao método, aquilo que ela não tem em casa, para que possa aprender, ao invés de não a ensinar.
6. As situações pedagógicas saltem e fazem mais, em termos gerais, do que garantem seu funcionamento, mas, por si só, não são condições de aprender e que é necessário para se estabelecer uma sociedade letrada. A tarefa da escola é introduzir a criança no universo da escrita. Reconhecendo e valorizando a realidade e a experiência da criança pobre, a escola deve servir de ponto para o desenvolvimento pessoal que ela já adquiriu e o desenvolvimento formal que é exigido pela sociedade letrada.
7. Inteligência é a capacidade de resolver problemas. Ao invés de momentos conselhos dirigidos da realidade e dos interesses de uma criança, a principal tarefa da professora é ajudá-la a desenvolver seu raciocínio, para que aprendam a se colocar problemas e se situar capazes de resolvê-los. Não se faz tanto através de ensino de leitura e da escrita, quanto através de jogos, brincadeiras, músicas, teatro etc.
8. Pensamento, linguagem e comunicação estão sempre interligados. A situação po-

Com base nesse documento autocrítico é que se fixaram as metas fundamentais do Programa Especial de Educação. A primeira dessas metas é expandir a rede pública com o objetivo de extinguir o terceiro turno, garantindo pelo menos 5 horas de aula a todas as crianças e, simultaneamente, criar um milhão de Casas da Criança que estão sendo implantadas onde a população é mais densa e mais carente para acolher crianças de 3 a 6 anos no programa de educação pré-escolar. Para levar à prática essa meta foi implantada uma Fábrica de Escolas que, operando com a tecnologia de argamassa armada, está construindo cerca de 600 m² de obras diariamente.

Outra meta fundamental do Programa Especial de Educação é instituir progressivamente uma nova rede de escolas de dia completo — os Centros Integrados de Educação Pública — CIEPs — que o povo passou a chamar de *Brizolões*. Eles também estão sendo implantados nas áreas de maior densidade e de maior pobreza. Projetados por Oscar Niemeyer, são edificações de grande beleza que constituem orgulho dos bairros onde se edificam. Cada um deles compreende um edifício principal, de administração e salas de aula e de estudo dirigido, cozinha, refeitório e um centro de assistência médica e dentária. Num outro edifício fica o ginásio coberto que funciona também como auditório e abriga os banheiros. Um terceiro edifício é destinado à biblioteca pública que serve tanto à escola como à população vizinha. No edifício principal se integram também instalações para abrigar 24 alunos-residentes.

Os *Brizolões* atendem a 1.000 crianças de 1.ª a 4.ª série ou de 5.ª a 8.ª série, separadamente. Em uns e outros, elas são atendidas de 8 da manhã às 5 horas da tarde e ali recebem, além das aulas, da recreação, da ginástica, 3 refeições e um banho diário. À noite, o *Brizolão* se abre para 400 jovens de 14 a 20 anos, analfabetos ou insuficientemente instruídos. Cada *Brizolão* abriga 12 meninos e 12 meninas escolhidos entre crianças abandonadas e que estejam sob a ameaça de cair na delinqüência.

Outra meta do PEE é o aperfeiçoamento do magistério, tanto o que está em serviço quanto o que está ingressando agora, na carreira. Isso se faz nos CIEPs e em Escolas de Demonstração, especialmente criadas com esse objetivo, através de programas de Treinamento em Serviço e de Seminários de Ativação Pedagógica. O Programa produz, ainda, um vastíssimo material de apoio didático, tanto para os CIEPs quanto para a rede comum.

Ao fim do Governo Leonel Brizola, em março de 1987, estarão inaugurados e funcionando 500 *Brizolões* no Rio de Janeiro e mais de um milhão de escolas menores de vários tipos que atenderão, em melhores condições, perto de um milhão de crianças e jovens.

Através de todo este esforço, o que se busca é criar uma escola pública honesta, por que adaptada às condições e às necessidades do alunado popular. Como era de esperar o Programa tem o apoio da população do Rio de Janeiro e está despertando a consciência do Brasil inteiro para a gravidade do nosso problema educacional.



Paralelamente aos estudos, pesquisas e discussões, o governo executa algumas ações importantes, tais como: a criação de dois Centros Culturais, o Programa “Mãos à Obra nas Escolas”, o Programa “Merenda Escolar”, o Programa “Material Didático”, o “Programa Transporte Escolar”, o Programa “Capacitação do Magistério”, as “Escolas de Demonstração” e ainda o levantamento de terrenos do Estado para a construção dos Centros Integrados de Educação Pública (Ciep).

Os Centros Culturais podem ser vistos como uma estratégia para implantar a educação em tempo integral. O primeiro deles, Centro Cultural Comunitário de São Cristóvão, foi instituído como uma “unidade experimental da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), para complementação da jornada escolar”.



I. Alguns dados iniciais

O C.C.C.C. é uma unidade experimental da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, para complementação da jornada escolar, criada pelo atual governo.

Inaugurado no dia 12 de outubro de 1981, situa-se à Rua Bartolomeu de Gusmão nº 815 Funchos, no Bairro de São Cristóvão, próximo ao Museu de Niterói.

O Centro possui: 1 Gabinete pedagógico, 1 gabinete administrativo, 1 secretaria, 1 sala de administração, 1 sala de aulas, 14 salas de aula, 1 biblioteca, 1 sala de ações, 1 gráfica, 2 laboratórios e 1 refeitório, 1 quadra, 8 banheiros, além de funcionar no mesmo endereço físico o Centro de Ciências e a SEPROM (Serviço de Produção de Material).

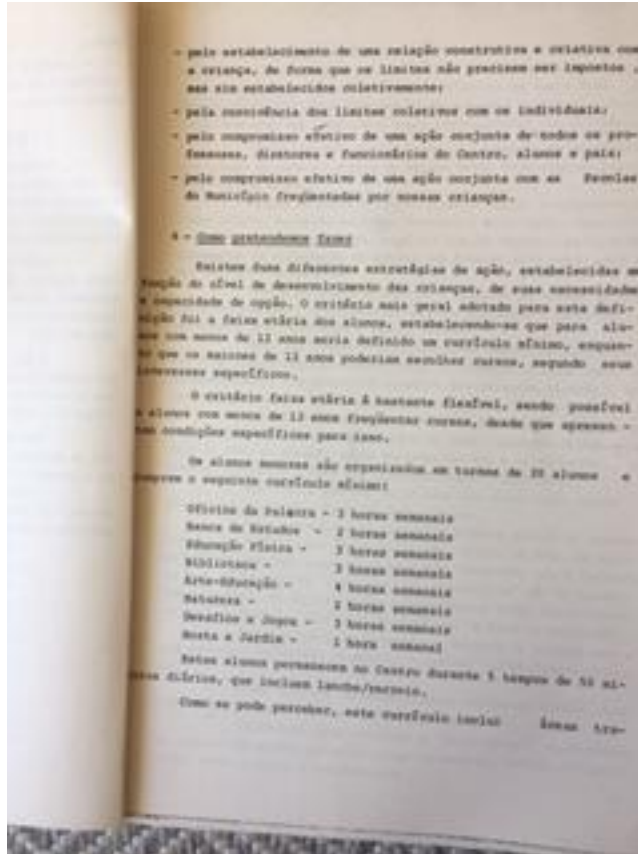
O Centro atende atualmente a 1200 alunos, sendo quase todos alunas das seguintes escolas:

1. E.M.4.7.12 General de Sousa Filho
Rua General Gustavo Cordeiro de Faria nº 378
2. E.M.4.7.13 Marechal Tropicowsky
Av. Bartolomeu de Gusmão nº 1100 Funchos
3. E.M. Humberto de Campos
Rua João Lobo nº 40
4. E.M.4.7.24 General de Exército Humberto de Souza Melo
Rua 8 de Dezembro nº 175
5. E.M.4.7.1 Uruguai
Rua Ana Mari nº 182
6. E.M.4.7.1. Osquias Elias
Campo de São Cristóvão nº 175

Não houve uma seleção criteriosa na escolha dos professores que atuam neste Centro.

Uma vez que foram convidadas, outras foram "convidadas das convidadas", outras "outras falar". Atuam também como docentes, alguns alunas da antiga FAPER que já trabalhavam nas oficinas, no treinamento e especialização de professores.

Os salários em sua maioria, pertencem à Secretaria Municipal e Estadual de Educação com total de R\$ sendo assim distribuídos:



Para o segundo, em Ipanema, o governo Brizola transformou as dependências do esqueleto do Panorama Palace Hotel, cuja construção fora iniciada em 1960 e inacabada até 1983, em Centro Cultural e Comunitário de Ipanema e Escola de Capacitação de Magistério.

Já o programa “Mãos à Obra nas Escolas” foi introduzido como uma campanha “para atacar os problemas infra-estruturais”, começando pela restauração física da rede escolar.

Mãos à Obra nas Escolas

Enquanto a Comissão dedicava-se ao planejamento de uma nova superestrutura educacional, o Governador começou a atacar os problemas infra-estruturais, principiando pela restauração física da rede escolar. Lançou a campanha *Mãos à Obra nas Escolas*, que encontrou ressonância extremamente positiva junto à população carioca, a ponto de diversas comunidades oferecerem trabalho voluntário e até mesmo apoio financeiro. Logo no primeiro ano de sua gestão, 787 escolas da rede estadual foram reformadas, graças a essa estratégia participante. Em 1984, mobilizando mais intensamente os recursos da EMOP — Empresa de Obras Públicas, sob a orientação da Secretaria de Estado de Educação, foram promovidas reformas de grande porte em 192 escolas, utilizando verbas orçamentárias da ordem de Cr\$ 43 bilhões. Desmistificava-se assim a idéia de que não existiam verbas para a educação, como se divulgou no passado. Quando há prioridade real, as verbas existem.

Em seguida, o Governo abriu duas novas frentes de trabalho: uma voltada para a recuperação das escolas situadas nas proximidades dos terrenos onde os primeiros CIEPs começavam a aparecer, que beneficiou 95 escolas a um custo de Cr\$ 13 bilhões; outra, com o objetivo de conservar, manter ou efetuar pequenas reformas em unidades estaduais de ensino, sempre que possível aproveitando mão-de-obra local. Para atender às necessidades dessa segunda frente, Brizola criou Comissões Municipais, compostas por 3 funcionários e/ou professores públicos, que receberam então recursos financeiros por um sistema de adiantamento, evitando impasses burocráticos e agilizando a execução das obras.

No total, foram recuperadas 2.294 escolas da rede estadual (praticamente 75% do total de estabelecimentos). Quanto à rede municipal, foram realizadas obras de porte em 447 escolas, dando-se atenção especial a todos os prédios com valor arquitetônico e artístico, incluindo a restauração de suas obras de arte.

A Nova Merenda Escolar

Outro grave problema que desde os primeiros dias de mandato reclamava providências imediatas do Governo do Estado era o da Merenda Escolar. Modificando os mecanismos de distribuição da Merenda por meio de uma política descentralizadora, o Governo do Estado obteve, logo nas primeiras semanas, uma redução de 40% da despesa global, ao mesmo tempo que logrou melhora sensível na qualidade da alimentação fornecida diariamente para quase 2 milhões de crianças da rede pública e de escolas conveniadas.



A quem interessar possa: os dados, a programação e avaliação de todos os programas aqui apresentados podem ser pesquisados em detalhes no Arquivo Darcy Ribeiro, Memorial Darcy Ribeiro (UnB), inclusive as fitas com os programas de atualização do Magistério, com destaque para o Programa “Menino, quem foi seu mestre?”, um artefato de matéria preciosa. O acervo inclui documentos produzidos antes e durante o 1º governo Brizola e estão agrupados em 58 dossiês ordenados cronologicamente por assuntos.

Sim, leitor. De 30 em 30 anos, no Brasil, homens públicos exerceram o encargo, dever, o ônus da função, em benefício da coletividade, do bem comum, da ordem social. Entre outros, Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira, nas décadas de 1920 e 1930; Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro nos anos 1950-1960; Darcy Ribeiro 1980-1990. Deixaram eles um legado memorável em matéria de Educação. Seria este o momento para renascer das cinzas? Então, que tal atender ao convite de Darcy Ribeiro e “Vamos passar a escola a limpo?”

Yolanda Lima Lobo

Doutora em Educação, membro da Coordenação Editorial da revista Terceiro Milênio e do Conselho Curador da Fundação Darcy Ribeiro.